

Enquadramento da Confederação do Desporto de Portugal sobre a importância da inclusão do Desporto no Plano de Recuperação e Resiliência – Recuperar Portugal, Construindo o Futuro

Na mais recente alocução do Presidente da República ao país, aquando da imposição de mais um período em que vigora o Estado de Emergência, o Professor Marcelo Rebelo de Sousa ao referir as dificuldades que nova privação de algumas liberdades e garantias cria à generalidade da população, salientou especificamente as restrições às atividades do movimento associativo e do desporto jovem. Tais palavras foram um pequeno lenitivo para um setor, com larga implantação na sociedade, que, há cerca de um ano, se debate com uma enorme falta de receptividade para as suas propostas tendo em vista, pelo menos, o minorar dos efeitos devastadores que o COVID 19 e os confinamentos e restrições associadas criaram a todo o tecido desportivo nacional. Não devemos aqui esquecer o esforço feito, no âmbito da Assembleia da República, por alguns partidos com assento parlamentar, nomeadamente pelo Partido Comunista Português que culminou na recente audição pública em sede da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência, Juventude e Desporto.

Os efeitos negativos provocados, logo nas primeiras semanas do confinamento de março de 2020, mostraram-nos a provável dimensão do problema que se avizinhava para o prosseguimento das épocas desportivas em curso com todos os reflexos negativos que tal facto teria nos clubes, associações e federações desportivas.

Era necessário agir rápido e ajudar a encontrar soluções para a gravidade do problema que se avizinhava, pois de imediato começámos a receber, da parte das federações desportivas, relatos da enormidade dos problemas que começavam a ter de enfrentar.

E fizemo-lo. A Confederação do Desporto de Portugal convidou, de imediato, os presidentes das federações para uma reunião, a qual foi efetuada no dia 23 de abril, por vídeo conferência. Nesta reunião magna foram discutidas, votadas e aprovadas, por larguíssima maioria, uma série de propostas fundamentais para atenuar os efeitos da pandemia sobre o desporto, as quais foram consubstanciadas em documentos que incluem e preconizam a necessidade de medidas de ação, que se revelam ainda bem atuais, as quais não mereceram, até hoje, qualquer acolhimento, mesmo aquelas que não traduziam aumento da despesa.

Posteriormente foi possível criar uma mais coesa frente, mas tinham passado quatro cruciais meses. As nossas propostas, mesmo as aprovadas por um vasto número de federações nas Cimeiras I (julho) e II (janeiro 2021) não conseguiram “impressionar” o Governo mesmo numa altura em que era reconhecido o empenho dos governos dos nossos parceiros europeus em salvar o desporto pelo que ele socialmente representa na coesão dos seus países.

Passou, entretanto, praticamente um ano desde que o COVID 19 chegou “oficialmente” a Portugal e o desporto que todos nós pensávamos representar, no dia a dia, um papel relevante na sociedade portuguesa não só na prática desportiva, mas em todos os outros setores da economia, engenharia, arquitetura etc, com os quais, o desporto, interage na sua atividade diária, encontra-se, hoje, praticamente ignorado. A imagem do desporto, em setores vitais de decisão, como os responsáveis pela elaboração sequencial das versões do plano que temos agora em análise, ou é muito esbatida e parece

simplesmente não existir. Só assim se compreendem as diferentes nuances inseridas nas três versões do documento

Pedem-nos, assim como à sociedade em geral, para darmos agora um parecer sobre aquela que poderemos considerar a terceira versão de um projeto que pretende ditar os novos rumos que permitirão alavancar o país para níveis de desenvolvimento nunca experimentados. Níveis nos quais os problemas estruturais que secularmente nos tolhem estejam resolvidos e preparem Portugal para abordar a terceira década deste século com um crescimento económico anual bem mais robusto do que vem acontecendo e estejamos em igualdade de circunstâncias com a generalidade dos nossos parceiros de EU. Enfim sermos, também do ponto de vista do desenvolvimento económico e social, verdadeiramente europeus!!

Como dizemos atrás o denominado “Plano de Todos os Portugueses, dando resposta aos desafios que enfrentamos e que em conjunto e com determinação, vamos superar” surge no seguimento da “Visão Estratégica para o Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030” a qual sucedeu ao “Plano de Recuperação Económica de Portugal 2020-2030”. Na primeira proposta de um Plano e na última o desporto não está reconhecido como objetivo. Já no segundo, após uma reação do movimento associativo, surge naturalmente ligado ao setor do turismo. Tratou-se de uma clamorosa justiça de conhecimento, ou melhor de reconhecimento, do contributo do desporto para o PIB nacional, não só no setor do turismo, mas em áreas que vão desde os lanifícios, à engenharia para já não falar dos eventos desportivos nos quais o desporto português tem um reconhecido prestígio internacional.

Mas se a referida primeira versão foi, em devido tempo, corrigida mais se torna incompreensível, até por aquilo que expressamos no parágrafo anterior, ter sido agora o desporto ignorado no “Plano de Todos os Portugueses, dando resposta aos desafios que enfrentamos e que em conjunto e com determinação, vamos

superar”. O desporto é, para qualquer sociedade evoluída, uma mais valia para setores educativos, sanitários, políticos, sociais, económicos, científicos e tecnológicos. Além disto não devemos ignorar o papel social do desporto na inclusão e coesão social, solidariedade entre gerações e na promoção de estilos de vida saudáveis que se pretendem como metas do desenvolvimento integrado no fim desta década.

O não o considerar, num plano com o título que é apresentado para este, é uma grave lacuna.

Antes de concluir não podemos deixar de chamar à atenção de que o plano que irá segundo se prevê até 2026, só irá ter início após a aprovação por todos os parlamentos dos países da União Europeia do plano de resiliência europeu. O desporto nacional carece de apoio para ontem!... O tecido desportivo na sua generalidade, sobretudo o de nível local, não aguenta muito mais tempo sem se desintegrar. Deste modo este plano não substitui aquilo que é fundamental ser realizado pelo Governo urgentemente, a criação de um fundo de apoio ao desporto aliás algo que vimos falando desde a mencionada reunião de 23 de abril de 2020, a ser gerido por uma comissão de gestão que integre, além da Confederação do Desporto de Portugal, também o Comité Olímpico e o Comité Paralímpico.

Desde o início da pandemia que sempre defendemos uma ação concertada coesa e unida dos atores desportivos em articulação com os parceiros políticos (ANMP, ANAFRE, AR e Governo) e sociais. Uma vez que, consideramos excelente e abrangente o documento/proposta apresentada por cinco federações desportivas (Andebol, Basquetebol, Futebol, Patinagem e Voleibol) não será curial apresentar mais documentos dispersos. Um ou outro item acerca do qual tivéssemos uma ideia ligeiramente diferente não invalida, de modo algum, o nosso grande apreço pelo documento. No sentido de o movimento

Confederação do Desporto de Portugal
Rua Eduardo Augusto Pedroso, 11-A
1495 - 047 Algés
cdp@cdp.pt
+351 21 411 39 75 / 6 / 7
www.cdp.pt



Instituição de Utilidade Pública
Medalha de Bons Serviços Desportivos

associativo apresentar um documento uno, mostramos aqui o nosso interesse e desejo de o subscrever na integra.

